

Macroeconomia

Política fiscal: luz amarela

Rogério Mori*

UM DOS grandes eixos de atuação do governo nos esforços de inverter o cenário desfavorável da crise se deu no âmbito da política fiscal. Desde fins do ano passado, o governo brasileiro tem adotado um conjunto de medidas de estímulo à demanda agregada no contexto de recuperação econômica. Essas ações vieram tanto do lado da diminuição pontual de alguns tributos, orientada para setores específicos mais sensíveis ao crédito, quanto do lado dos gastos.

Sob essa perspectiva, é razoável imaginar que o resultado das contas públicas registrasse alguma deterioração ao longo deste ano em função dessas ações. No entanto, a análise um pouco mais detalhada do quadro fiscal brasileiro revela que esse conjunto de ações, cuja característica essencial deveria ser voltada para combater os efeitos perversos da crise, deveria ter um caráter mais transitório. Em outras palavras, a orientação da política fiscal deveria ser focada para inverter o cenário de retração da demanda agregada e, uma vez que essa dinâmica estivesse invertida, as ações também deveriam cessar e o foco deveria ser invertido novamente para a geração de resultados compatíveis com a estabilidade da relação dívida pública/PIB no longo prazo.

É natural que nesse conjunto de ações tanto a receita quanto a despesa pública sejam afetadas. A arrecadação federal, segundo dados da Secretaria da Receita Federal, por exemplo, caiu 6,8% em

termos reais (deflacionada pelo IPCA) no período janeiro-outubro de 2009 em relação ao mesmo período do ano anterior. Essa queda é fruto de dois resultados combinados que têm características transitórias. De um lado, a queda na arrecadação é fruto da retração da atividade econômica no período e, à medida que a atividade econômica siga em trajetória de recuperação, é natural que esse efeito se dissipe. Em outras palavras, a arrecadação federal deverá dar mostras de recuperação à medida que a atividade econômica seja retomada. Outro fator relevante que afetou a arrecadação federal vem do lado das isenções fiscais, cuja orientação foi para setores específicos, com foco para combater os efeitos perversos da crise sobre esses segmentos. É de se esperar que, à medida que a economia volte ao normal, essas isenções não sejam mais necessárias, e a arrecadação desses tributos se restabeleça mais adiante.

O somatório desses elementos sugere que a queda da arrecadação tem caráter transitório e deverá ser restabelecida em alguns meses. No entanto, o outro lado da equação, referente aos gastos, exhibe características mais complexas e que demandam maior atenção.

Sob essa perspectiva, a receita total líquida do Tesouro Nacional no período janeiro-outubro de 2009 registrou um recuo de 0,8% em termos nominais na comparação com o mesmo período do ano anterior. No entanto, as despesas do

Tesouro cresceram 16,5% nessa mesma comparação. Tal fato levou a uma queda do resultado primário do Governo Central de R\$ 95,9 bilhões no acumulado desse período em 2008 para R\$ 27,6 bilhões no mesmo período de 2009. Mais preocupante que isso, o aumento das despesas ocorreu em itens cuja característica não é transitória. O aumento com gastos com pessoal entre janeiro-outubro de 2009 foi de 18,4% em relação ao ano anterior e os benefícios previdenciários cresceram 12,8% nessa mesma comparação. Esses são itens de despesa pública cujos cortes não são passíveis de ajuste no médio prazo. Em outras palavras, deverão continuar exercendo pressões por um bom tempo ainda.

É razoável esperar, nesse cenário, que o resultado das contas públicas apresente alguma deterioração. No entanto, o quadro delineado pela política fiscal brasileira enseja algumas preocupações e não se deve esperar a geração de resultados expressivos em um intervalo de tempo razoável. Adicionalmente, a dinâmica fiscal atual, imposta pelo governo desde fins de 2008 e ao longo de 2009, deve acarretar em uma herança não muito favorável para o próximo governo em termos de contas públicas. Em outras palavras, é possível que o próximo governo tenha de promover um ajuste considerável em termos fiscais. ■

* Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV-EESP)